

Expresso
Economia

30-03-2019

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 82175

Temática: Banca/Seguros

Dimensão: 3337 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/8/9

CGD investigada por factos detetados anos antes

Continua sem arguidos o processo que corre no Ministério Público a eventuais atos de gestão danosa no banco público

Em 2011, o Banco de Portugal fez uma auditoria à Caixa Geral e detetou erros na classificação dos clientes. Só cinco anos mais tarde foi aberta uma investigação judicial em que se averiguam erros idênticos no banco público

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Averiguação A insuficiência de imparidades em alguns créditos do banco é do conhecimento do supervisor desde a altura da *troika*

Justiça investiga o que BdP detetou em 2011

DIOGO CAVALEIRO
e ISABEL VICENTE

A *troika* estava a aterrar em Portugal e, nos meses de primavera de 2011, chegou às mãos do Banco de Portugal (BdP) uma auditoria que os seus serviços fizeram aos créditos da Caixa Geral de Depósitos. As conclusões apontavam para empréstimos em que havia "evidência objetiva" de que deviam ser alvo de registo antecipado de perdas, ou seja, deviam ficar associados a imparidades. Só cinco anos mais tarde o Ministério Público abriu a investigação a possíveis atos de gestão danosa na instituição, onde uma das questões em averiguação é a suspeita de haver determinação para classificar clientes como saudáveis quando havia sinais em sentido contrário. Quatro anos depois da abertura do processo, se há suspeitos, nenhum é arguido.

A Procuradoria-Geral da República responde ao Expresso, através da assessoria de imprensa, que o processo relativo à CGD "não tem arguidos constituídos", mas mais informações não dá, por se encontrar em segredo de justiça. Como acontece desde que, em setembro de 2016, foi aberto o processo. Adianta, porém, que os trabalhos continuam. Há "diligências em curso".

A auditoria feita pela EY aos atos de gestão da CGD entre 2000 e 2015, que detetou falhas no cumprimento das regras internas na hora de conceder e acompanhar os empréstimos, foi entregue ao Ministério Público e junto à investigação que averigua a eventual prática de "crimes de administração danosa", "crimes cometidos no exercí-

cio de funções públicas" e ainda outros "crimes de natureza patrimonial" em julho de 2018. Essa entrega não justificou a constituição de arguidos, por enquanto. O relatório, com o elenco dos maiores devedores e as fragilidades no cumprimento dos procedimentos internos, não aponta para responsabilidades criminais, nem mesmo civis, como alertou a responsável da auditoria pelo documento, Florbela Lima, a primeira pessoa a ser ouvida na segunda comissão parlamentar de inquérito à gestão do banco público.

Foi precisamente nessa iniciativa parlamentar, mas quando o inquirido era Carlos Costa, que foi dado a conhecer um documento interno do BdP datado de maio de 2011. Aí, como citou a deputada bloquista Mariana Morruça, estava claro que, na CGD, dava-se "o não reconhecimento de imparidade individual em situações em que existe evidência objetiva de imparidade, nomeadamente, por não existir cumprimento dos rácios de cobertura contratados ou em casos de capitalização de juros sem reforço adequado de garantias e em que existe falta de capacidade financeira do mutuário". "A insuficiência de imparidade" era outro dos critérios "pouco prudentes" de valorização de garantias do banco detetados pelo supervisor.

Em 2017, e como já noticiado, o Ministério Público assumia investigar atuações na CGD em que terá sido "determinada a omissão de alguns registos de incumprimento". Clientes com "operações vencidas" foram "classificados no segmento de clientes sem incumprimento".

Não havia subestimação de perdas "relevante"

O governador do BdP não concretizou o que foi feito na sequência da



FOTO: ANTÓNIO PEDRO FERREIRA

CARLOS COSTA

Financiamento ao BCP não foi debatido

Carlos Costa não tem ideia de, enquanto foi administrador da CGD entre 2004 e 2006, ter sido discutido o financiamento da compra de ações do BCP, com os próprios títulos como garantia, que viriam a causar perdas ao banco público.

Sem participação em casos problemáticos

O líder do supervisor da banca recusa, também, ter participado na aprovação dos 25 créditos problemáticos da Caixa que foram identificados pela auditoria da EY.

Sem influência nas perdas espanholas

Carlos Costa rejeita ter sido responsável pelo prejuízo que marcaram a operação da CGD em Espanha. "É falso, falso, falso que eu tenha alguma coisa a ver com o Banco Caixa Geral a partir de 2006".

auditoria de 2011. "Seguramente que houve um conjunto de injunções que acompanharam essa auditoria e que levaram a um reforço da qualidade de governo da CGD". O que quer isso dizer, não foi esmiuçado. Só que, mesmo antes de responder a este tema, já Carlos Costa tinha afirmado que não havia preocupações excessivas relativas ao banco público — algo, aliás, que também foi referido pelo seu antecessor no cargo, Vítor Stanciano: "A CGD foi sempre uma instituição que não nos deu muitas preocupações". Aliás, o também antigo vice-presidente do

Imparidades sem anomalias

Carlos Costa defende que desde que chegou ao Banco de Portugal (BdP), em 2010, houve um acompanhamento ao banco público e que as suas fragilidades foram sendo corrigidas. Sem grandes alertas no que diz respeito ao crédito: "Os níveis de imparidades da CGD não revelavam qualquer comportamento anómalo relativamente ao sistema bancário."

Escusa é mais antiga

Por ter sido administrador da CGD entre 2004 e 2006, período compreendido na auditoria da EY, Carlos Costa afirma ter pedido escusa para não ter de tomar decisões sobre o tema, mais cedo do que havia dito até aqui. "Pedi escusa imediatamente no dia 24 de janeiro de 2017", quando o BdP deliberou sobre a auditoria que o Governo estava a pedir ao banco estatal.

Banco Central Europeu (BCE) não notou qualquer problema contabilístico na Caixa: "Se houve algum mau registo contabilístico por trás dessa situação, isso seria bastante grave, mas não foi detetado pelos serviços do BdP". "Os níveis de imparidade da Caixa não revelavam qualquer comportamento anómalo relativamente ao sistema bancário. As conclusões obtidas com as inspeções transversais realizadas pelo BdP, entre 2011 e 2013, e pelo BCE, em 2014, também não detetaram qualquer ocultação ou subestimação relevante de perdas na

Avaliação à idoneidade sem efeito

Esse facto não levanta, contudo, dúvidas sobre o seu papel. "O ex-administrador Carlos Costa não pode ser reavaliado." O governador continua a dizer que o seu cargo não é semelhante ao de ex-gestores do banco público. Contudo, admite que, se tal averiguação acontecesse, não havia nada a temer. "Se me submetesse à reavaliação, não tinha nenhuma dificuldade. Não tenho nenhum problema."

Avaliação passada sob segredo

Mas a avaliação que foi feita ao papel do BdP no caso BES continua secreta. Não se enquadra na comissão da CGD, diz o supervisor. Os deputados contestam devido à influência — provada — da queda do Grupo Espírito Santo na CGD. E voltaram a solicitá-la.

carteira de crédito", afirmou Carlos Costa logo no início da audição.

Em 2011, a *troika* assumia outras prioridades que não a melhoria do sistema de controlo do risco de crédito do banco público. O Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu assumiram que tinha de ser feito um aumento de capital no banco — como no BCP, no BPI e no Banif —, mas apontaram um caminho específico: o do emagrecimento da estrutura, através da venda de ativos não fulcrais para o negócio bancário, desde



FOTO JOSÉ FERNANDES

VITOR CONSTÂNCIO

CGD não causava receios
Enquanto esteve à frente do BdP, entre 2000 e 2010, o banco público não era uma fonte de receios. "A CGD foi sempre uma instituição que não nos deu muitas preocupações".

Sem lembrança de alerta de 2002
Mas logo em 2002 houve alertas. Almerindo Marques saiu da administração da CGD e queixou-se ao BdP, ao Governo e ao Presidente da República sobre problemas na gestão de risco do banco.

O ex-governador não se recorda. "Não me lembro. Isso será quando? Há 12 anos? Tanto papel que recebi, tanto relatório que li".

Não tinha de ler relatórios internos
O conselho fiscal da CGD foi fazendo alertas sobre o banco, como os financiamentos garantidos por ações,

participações financeiras à área seguradora. Foram colocados €1650 milhões no banco público, mas a limpeza não foi toda feita. Nem os problemas resolvidos.

Esse facto é visível ao olhar para os níveis de imparidade associados aos créditos considerados mais arriscados na auditoria da EY. Nem metade das operações de crédito das empresas de Joe Berardo estavam sob imparidade no final de 2015. Mas em 2011 já o supervisor tinha informação de problemas na concessão de crédito ao empresário, em especial porque o banco considerava

"Não li evidentemente o parecer do conselho fiscal da Caixa, não era a minha função ler isso". Os serviços competentes do BdP, bem como o vice-governador podem ter lido e atuado, sugeriu. Mas não chegou à administração.

Ministro afastado não preocupou
No campo da governação, também não houve dúvidas. Quando o nome de Vara foi candidato a administrador da CGD, em 2005, não soaram os alarmes do BdP, apesar de ter sido demitido do Governo de António Guterres, até por pressão de Jorge Sampaio. Constâncio não ligou ao então Presidente da República para saber o que motivara o afastamento. Vara subiu a administrador do banco público e, em 2008, passou para vice-presidente do BCP.

Supervisão é limitada
O trabalho da supervisão bancária não pode tudo, apesar da

"avales pessoais sem que [houvesse] a avaliação do património do avalista". Carlos Costa defende que o banco "foi reforçando as imparidades" dos grandes devedores ao longo do tempo.

Mas só em 2017, após a entrada de António Domingues, e com a capitalização estatal de €3900 milhões, é que houve uma limpeza efetiva. Mas para trás ficaram anos sem apuramento de responsabilidades dos antigos gestores, pelo menos com consequências públicas.

Foram muitas as auditorias feitas à CGD entre 2000 e 2016, mais de

"expectativa" da sociedade. Não pode evitar perdas em créditos, nem revertê-los. Nem a lei o permite, diz Constâncio. Os rácios de capital são o tema relevante.

Até pode ter havido falhas
Constâncio admite que pode ter havido problemas na supervisão da Caixa, nomeadamente por não ter obrigado à fundamentação das decisões de concessão de crédito. "Há imensas falhas nos bancos, nas instituições de supervisão. É assim".

Denúncia interna facilitaria
Sendo assim, é com base em denúncias internas que se descobrem problemas, escudou-se. E não as houve na CGD.

Não leu auditoria
Não leu a auditoria da EY. Recebeu um exemplar das mãos de uma deputada na audição.

30, mas nenhuma chegou a vias de facto no que toca a apurar responsabilidades dos administradores que por lá passaram, quer seja por terem aprovado créditos contrariando pareceres de risco sem fundamentar o motivo quer seja por terem garantias associadas insuficientes. Dados revelados pela EY, mas que em 2011 já tinham sido tema. Só em 2018 houve travões do BdP a ex-administradores do banco. Várias primaveras depois daquela em que a *troika* foi a protagonista.

devalreiro@expresso.imprensa.pt

FRASES DA SEMANA

"Essa informação [sobre quatro créditos, um deles sob segredo de justiça] não estava disponível na CGD e não nos foi disponibilizada. Relativamente a contratos, pareceres, despachos, no fundo a informação mínima crítica considerada por nós relevante para fazer a análise (...), não nos foi disponibilizada"

Florbela Lima
Auditora da EY

"A CGD confirma a formalização contratual respeitante aos quatro créditos mencionados como parte do top 25 do relatório de auditoria da EY"

Caixa Geral de Depósitos
Fonte oficial

"Se a CGD os tem [dados dos devedores], tem de os enviar à comissão de inquérito"

João Almeida
Deputado do CDS, relator da comissão de inquérito

"Se é um facto, honestamente não me lembro. Nem os serviços nem o vice-governador alguma vez sugeriram ou propuseram a existência de qualquer auditoria à Caixa. Ninguém me propôs. Teria dito que sim, obviamente. Não teria nenhum problema com isso, se tivesse sido proposto por alguém que seguisse mais a instituição"

Vitor Constâncio
Ex-governador do Banco de Portugal

"Nós todos e as nossas sociedades temos uma expectativa excessiva do que a supervisão pode fazer, ou não fazer, em geral, quer no sector bancário quer noutros sectores"

Vitor Constâncio
Ex-governador do Banco de Portugal

"Quando fui administrador dava prejuízos e depois dava lucros. (...) É falso, falso, falso que eu tenha alguma coisa a ver com o Banco Caixa Geral a partir de 2006 [período dos prejuízos da operação em Espanha]"

Carlos Costa
Governador do Banco de Portugal

"Se me submetesse à reavaliação [de idoneidade], não tinha nenhuma dificuldade. Não tenho nenhum problema"

Carlos Costa
Governador do Banco de Portugal

P&R

O que apurou ou não apurou a auditoria à CGD?

A EY fez à Caixa "uma análise da conformidade dos atos de gestão face aos normativos", como explicou a sua responsável Florbela Lima. Não permite, por si, ativar responsabilidades civis nem criminais. Não foi isso que foi pedido pelo banco (nem pelo Governo). A existência de créditos de favor também não foi um aspeto avaliado. E, nesse trabalho, a auditoria não teve acesso a toda a informação necessária sobre todos os grandes devedores. Dos 25 créditos mais problemáticos identificados, não havia dados sobre quatro. Um porque a informação se encontra no Ministério Público, sob segredo de justiça; outros três porque simplesmente não há dados. Do que se concluiu, houve desconformidades de decisões tomadas, como a definição de garantias abaixo do que era o mínimo exigível, e verificou-se a falta de fundamentação na concessão de créditos.

Foi tudo uma novidade ou já havia auditorias anteriores?

Entre 2000 e 2016, houve pelo menos 36 auditorias feitas à CGD como noticiou o Expresso em outubro de 2016. Nesse ano, o Ministério das Finanças pediu outra por causa da recapitalização da Caixa negociada por António Domingues, para apurar responsabilidades — mas a auditoria que acabou por ser solicitada, e concluída em 2018, não fez esse apuramento direto. Na audição, o governador Carlos Costa foi confrontado por uma, datada de 2011, que analisou créditos da CGD e tem conclusões idênticas às da EY. As imparidades tinham como base cálculos "pouco prudentes" da valorização das garantias. Casos como o de Joe Berardo, identificados em 2018, já tinham sido sinalizados sete anos antes.

Que indícios e informações havia antes disso?

Almerindo Marques, quando saiu da administração da CGD em 2002, reportou problemas no controlo de risco do crédito no banco público. Fê-lo ao Banco de Portugal era Vitor Constâncio governador, ao Governo e ao Presidente da República. Depois disso, e ao longo dos anos, o órgão de fiscalização interno do banco público também foi deixando avisos, nomeadamente sobre as garantias com ações.

O que foi feito pela supervisão para responder às suspeitas?

O governador Carlos Costa assegurou que houve "um conjunto de injunções que acompanharam a auditoria" de 2011 e que se deu reforço da qualidade da governação da CGD. Já Vitor Constâncio admitiu que, no seu período de governação, não teve informação de alguma consequência imediata das informações que o Banco de Portugal foi recebendo, remetendo sempre para possíveis atuações que possam ter acontecido pela mão dos "serviços competentes".

Que consequências pode haver a nível criminal e contraordenacional?

A EY debruça-se sobre um período que recua até 2000 e termina em 2015. O mais provável é que as eventuais ilicitudes que tenham acontecido — mesmo no período mais problemático, em que houve a concessão de crédito problemático, entre 2005 e 2008 — tenham já prescrito em termos contraordenacionais. Há uma investigação, desde 2016, no Ministério Público a eventuais práticas de crimes de gestão danosa mas até agora não há arguidos. Mesmo depois de ter recebido a última auditoria.